

## O FENÔMENO DE INTENSIFICAÇÃO DA MIGRAÇÃO ARGENTINA–BRASIL À LUZ DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Edemar Rotta  
Carina Zuppa  
Diego Guilherme Rotta

**GRUPO DE TRABALHO: GT3: Cultura, identidade e territórios:**

### RESUMO

Este artigo analisa a capacidade interpretativa das teorias do desenvolvimento regional frente ao crescimento recente da migração de cidadãos argentinos para o Noroeste do Rio Grande do Sul. Com base em revisão bibliográfica e dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), discute-se as possibilidades e limites dos referenciais clássicos na compreensão deste fenômeno, marcado por multiterritorialidades, redes transfronteiriças e inserções laborais precárias. Sem desconsiderar as contribuições tradicionais, o artigo incorpora perspectivas críticas e latino-americanas, como as de Furtado, Mattedi, Etges e Theis, que propõem uma leitura mais situada, relacional e multidimensional do desenvolvimento. Argumenta-se que a migração Argentina–Brasil exige abordagens que articulem fatores estruturais, institucionais e simbólicos, reconhecendo os sujeitos migrantes como parte integrante das dinâmicas territoriais. Conclui-se pela importância de repensar o desenvolvimento regional como campo sensível à mobilidade, à diversidade e à justiça social nas fronteiras.

Palavras-chave: Migração internacional. Desenvolvimento regional. Fronteiras. Argentina. Brasil.

### 1 INTRODUÇÃO

O recente crescimento da migração de cidadãos argentinos para o Noroeste do Rio Grande do Sul é um fenômeno complexo que vem desafiando abordagens tradicionais e simplificadas, centradas unicamente em aspectos econômicos. Dados recentes do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2024) evidenciam um aumento significativo no número de migrantes argentinos entre 2022 e 2024, impulsionado por fatores econômicos, políticos e sociais. Esse panorama levanta questões fundamentais sobre os limites das teorias clássicas do desenvolvimento regional para explicar dinâmicas migratórias que atravessam fronteiras, escalas e contextos institucionais diversos. (CASTLES; DE HAAS; MILLER, 2020).

Historicamente, teorias clássicas do desenvolvimento regional, como aquelas propostas por Von Thünen, Alfred Marshall, Walter Christaller, Alfred Weber, Walter Isard, François Perroux, Walt Rostow, Gunnar Myrdal, Paul Krugman, entre outros, privilegiam estruturas produtivas, fatores de localização e aglomeração como elementos-chave do desenvolvimento (CAVALCANTE, 2008). Tais abordagens têm relevância para compreender a formação de polos regionais, mas enfrentam dificuldades ao lidar com realidades marcadas por fluxos populacionais, interações socioculturais e multiterritorialidade. Essas abordagens revelam fragilidades específicas em contextos fronteiriços, onde se sobrepõem várias lógicas espaciais (ETGES; DEGRANDI, 2013).

Sobre as teorias clássicas, este artigo busca reconhecer suas contribuições históricas e enfatizar a necessidade de complementar seus referenciais com novas epistemologias que incorporem as dimensões sociais, culturais, institucionais e políticas do desenvolvimento. Conforme salientam Sousa, Theis e Barbosa (2020), o pensamento regional brasileiro contemporâneo vem se estruturando a partir da multidimensionalidade, da multiescalaridade e do reconhecimento do território como campo de disputa e mediação social. Nesse sentido, pensar o desenvolvimento em regiões de fronteira exige abordagens mais complexas, capazes de captar contradições, fluxos e resistências que escapam à lógica puramente econômica.

Neste sentido, a fronteira não deve ser vista apenas como um limite territorial, mas como um espaço de interação socioterritorial, em que circulam pessoas, bens simbólicos e materiais, criando dinâmicas próprias que desafiam modelos explicativos tradicionais (ETGES, 2024). Estudos recentes como o de Alvez (2023) reforçam a importância de revisar criticamente os referenciais do desenvolvimento regional à luz das especificidades de territórios periféricos e fronteiriços, destacando que os modelos tradicionais muitas vezes não captam a pluralidade de trajetórias locais.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, voltada à análise crítica da migração de cidadãos argentinos para o noroeste do Rio Grande do Sul à luz das teorias do desenvolvimento regional. A metodologia combina revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de dados secundários (ALVEZ, 2022).

A seleção do recorte territorial baseou-se em municípios da Região Funcional de Planejamento 7 (RFP7) do Rio Grande do Sul, pertencentes ao COREDE Fronteira Noroeste, com destaque para Três de Maio, Santa Rosa, e Horizontina. A escolha desses municípios se justifica pela expressiva presença de migrantes argentinos, conforme evidenciado nos dados do Sistema de Migração (SISMIGRA), organizado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2024). Estes municípios apresentaram crescimento acentuado nos registros de migrantes a partir de 2022, sendo representativos das dinâmicas migratórias regionais.

Foram utilizados dados secundários do OBMigra e reportagens jornalísticas de âmbito local, como fontes de apoio empírico. A análise dos dados estatísticos envolveu a sistematização de séries temporais entre 2020 e 2024, permitindo observar a evolução quantitativa do fluxo migratório e identificar tendências e rupturas. As matérias jornalísticas complementaram os dados ao oferecerem relatos sobre as condições de trabalho, acolhimento e inserção dos migrantes nos municípios analisados.

O artigo está estruturado em três seções além da introdução e das considerações finais: o aporte teórico das teorias clássicas do desenvolvimento regional; a realidade do processo migratório Argentina-Brasil; e o fenômeno migratório à luz das teorias do desenvolvimento regional.

Este estudo busca preencher uma lacuna teórica e empírica, a partir de uma perspectiva interdisciplinar das teorias do desenvolvimento, capaz de oferecer uma compreensão mais ampla e detalhada do fenômeno migratório entre Argentina e Brasil. Além disso, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e territorialmente situadas, capazes de responder às necessidades concretas e específicas dos migrantes e das comunidades locais envolvidas.

## **2 APORTES TEÓRICOS DAS TEORIAS CLASSICAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

As teorias clássicas do desenvolvimento regional são fundamentais para compreender as dinâmicas territoriais, tendo evoluído significativamente desde seus modelos iniciais até abordagens mais contemporâneas. As teorias que acentuam os fatores de localização, desenvolvidas inicialmente por Von Thünen, Alfred Weber e Walter Isard, abordam a localização ótima das atividades econômicas como consequência direta da minimização dos custos totais de produção, especialmente custos de transporte, mão de obra e aglomeração (CAVALCANTE, 2008; VASCONCELOS; ANTONELLO, 2019). A escolha do local mais adequado para instalação de uma atividade econômica é determinada pela necessidade de reduzir os custos operacionais, especialmente aqueles relacionados à aquisição de matérias-primas e à distribuição dos produtos acabados até o mercado consumidor (WEBER, 1909 apud OLIVEIRA, 2021). Essas teorias se apoiam na racionalidade econômica dos agentes produtivos e definem uma abordagem essencialmente matemática e com tendências deterministas, na qual a localização é resultado da combinação dos custos mais baixos possíveis.

Complementarmente, Alfred Marshall (1920) introduziu o conceito das economias externas de escala, enfatizando os benefícios econômicos que as empresas obtêm ao se agruparem em um espaço geográfico delimitado (MARSHALL, 1920 apud VASCONCELOS; ANTONELLO, 2019). Para Marshall, a aglomeração industrial permite a criação de economias externas, como um mercado de trabalho especializado, uma rede eficiente de fornecedores locais e a rápida difusão tecnológica e de inovação. Tais economias de aglomeração promovem vantagens competitivas regionais ao reduzir os custos operacionais, aumentar a produtividade e facilitar o aprendizado coletivo e a inovação tecnológica entre empresas próximas (MARSHALL, 1920 apud LIMA; SIMÕES, 2010).

A Nova Geografia Econômica, proposta principalmente por Paul Krugman (1995), renovou a compreensão sobre as perspectivas anteriores ao incorporar explicitamente as dinâmicas espaciais e de mercado em sua análise (KRUGMAN, 1995 apud VASCONCELOS; ANTONELLO, 2019). A abordagem de Krugman integra elementos como rendimentos crescentes, concorrência imperfeita e custos de transporte ao contexto regional, explicando por que certas regiões se tornam centros econômicos enquanto outras permanecem periféricas. Para Krugman, a localização geográfica das atividades produtivas é resultado de um equilíbrio dinâmico entre forças centrípetas, que favorecem a concentração econômica, e forças centrífugas, que promovem a dispersão. Isso cria padrões espaciais nos quais regiões centrais concentram capital humano, infraestrutura e produção econômica, enquanto regiões periféricas frequentemente permanecem em situação menos favorável, acentuando disparidades regionais (KRUGMAN, 1995 apud OLIVEIRA, 2021).

Ao longo do século XX se desenvolveram abordagens estruturais e críticas que passaram a problematizar aspectos abordados pelas teorias tradicionais, especialmente relacionados às desigualdades e assimetrias na economia global especialmente relacionados às desigualdades e assimetrias na economia global (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021). A crítica estruturalista, inicialmente articulada por Raúl Prebisch (1949), argumenta que há uma relação desigual entre centros e periferias no sistema econômico global (PREBISCH, 1949 apud LIMA; SIMÕES, 2010). Essa teoria entende que regiões periféricas, especializadas na produção de bens primários e commodities, enfrentam termos de troca desfavoráveis frente às regiões centrais, industrializadas e produtoras de bens manufaturados. A consequência direta desse processo é a perpetuação das desigualdades regionais e a dificuldade das regiões periféricas em atingir um desenvolvimento econômico sustentado e equilibrado, devido à constante extração de valor econômico pelas regiões centrais.

Complementarmente, as teorias da dependência (BRESSER-PEREIRA, 2010), destacadamente a formulação proposta por Ruy Mauro Marini (1973), expande essa crítica ao analisar a inserção subordinada das economias periféricas no contexto capitalista global (MARINI, 1973 apud OLIVEIRA, 2021). Marini sustenta que o desenvolvimento das regiões periféricas é estruturalmente condicionado pela exploração econômica e pelas relações de dependência em relação às regiões centrais. Essa dependência não se limita apenas ao âmbito comercial, mas se estende também a dimensões financeiras, tecnológicas e produtivas, implicando uma transferência sistemática de valor das periferias para os centros dominantes, o que reforça continuamente os ciclos de subdesenvolvimento e dependência econômica das regiões periféricas.

Entretanto, frente à complexificação dos processos territoriais e às novas dinâmicas migratórias e fronteiriças, essas abordagens carecem de instrumentos explicativos capazes de incorporar a multiplicidade de fatores que hoje caracterizam os territórios. É nesse ponto que se inserem as contribuições de autores como Celso Furtado e Marcos Mattedi. Furtado, ao conceber o desenvolvimento como transformação estrutural, supera a visão puramente quantitativa do crescimento, incorporando a ideia de qualificação dos processos econômicos e sociais, cidadania, cultura, território, projeto de futuro e autonomia regional como fundamentos do desenvolvimento (FURTADO, 2005). Mattedi (2014), propõe pensar com o desenvolvimento regional, ou seja, fazer da própria realidade regional um eixo gerador de conhecimento situado, relacional e multiescalar.

Essas perspectivas recentes reconhecem a centralidade do território como lócus de disputas, de redes, de fluxos e de sentidos diversos de pertencimento e produção social. O

desenvolvimento passa a ser entendido não como meta linear ou etapa sucessiva, mas como construção contínua, situada e politicamente orientada. Ao considerar contextos como o das fronteiras sul-americanas, onde as dinâmicas migratórias, culturais e econômicas se entrelaçam de forma densa, torna-se necessário adotar marcos analíticos capazes de lidar com contradições e interdependências entre escalas locais, regionais e globais.

Portanto, este artigo adota como referencial teórico uma articulação entre as contribuições clássicas e os aportes críticos e contemporâneos do desenvolvimento regional, com ênfase nas propostas de Furtado e Mattedi. Esse referencial visa ampliar a capacidade interpretativa dos estudos migratórios, superando leituras economicistas e abrindo espaço para abordagens integradoras e contextualizadas.

### **3 A REALIDADE DO PROCESSO MIGRATÓRIO ARGENTINA–BRASIL**

A migração de cidadãos argentinos para o Brasil e vice-versa, em regiões de fronteira, não é fenômeno recente (ROTTA; PREUSS, 2008). Porém, o aumento da migração de argentinos para o Noroeste gaúcho, especialmente a partir de 2022, pode ser considerado um fenômeno sem precedentes históricos, exigindo sua análise para além de aspectos demográficos, na direção de compreendê-lo como um processo multiescalar que articula crises macroeconômicas e estratégias microssociais de sobrevivência. Os municípios da RFP7 (Região Funcional do Planejamento 7), como Três de Maio, Santa Rosa e Horizontina, tornaram-se pontos de entrada e permanência temporária ou prolongada para migrantes da província de Misiones e de outras regiões vizinhas. Segundo o OBMigra (2024), o número de registros migratórios formais cresceu mais de 500% entre 2022 e 2024.

Esse fluxo deve ser compreendido não apenas como resposta às dificuldades econômicas enfrentadas na Argentina, como hiperinflação, desemprego e desvalorização cambial, mas também como manifestação de redes familiares transfronteiriças e dinâmicas de multiterritorialidade. Muitos migrantes mantêm vínculos ativos com seus locais de origem, praticam mobilidades pendulares ou mantêm estratégias de circularidade territorial, sendo acolhidos por redes de parentes, amigos ou conterrâneos que já estão inseridos nas localidades brasileiras. Essas redes comunitárias desempenham papel central ao facilitar a travessia, o acesso à moradia e a inserção no mercado de trabalho. Conforme Vasconcelos e Antonello (2019), essa mobilidade sul-sul evidencia territorialidades fluídas e complexas, que transcendem a lógica binária “origem-destino” e se materializam em circuitos contínuos, múltiplos pertencimentos e laços multilocais.

Além disso, a inserção laboral dos migrantes ocorre predominantemente em setores de alta rotatividade, como a agricultura sazonal, prestação de serviços rurais e urbanos, construção civil e pequenas indústrias. Relatos jornalísticos e documentos regionais (CANOFRE, 2024; JORNAL SEMANAL DE TRÊS DE MAIO, 2023) evidenciam que essas ocupações frequentemente se dão sob condições precárias, com relatos de informalidade, baixos salários e, em casos extremos, situações análogas à escravidão.

Nesse contexto, a migração de cidadãos argentinos para o Brasil ultrapassa a explicação exclusivamente econômica e passa a ser entendida como estratégia de reprodução social em contextos de crise, onde a fronteira opera como espaço de oportunidade, mas também de exclusão e seletividade. Como discute Tonini et al. (2024), mesmo em cadeias produtivas formais, como a vitivinicultura, observa-se um padrão de contratação de trabalhadores temporários marcado pela baixa escolaridade, baixa renda e inexistência de alternativas locais de inserção produtiva. Esse quadro espelha-se, com variações, na condição de migrantes argentinos em municípios do noroeste gaúcho, onde há baixa oferta de empregos formais durante todo o ano e grande dependência de safras e picos de demanda por mão de obra.

A ausência de políticas públicas específicas para acolhimento, qualificação e integração dos migrantes nas comunidades locais reforça as desigualdades e intensifica a vulnerabilidade social. Como aponta Mattedi (2014), a capacidade de um território em produzir conhecimento sobre si mesmo e formular respostas institucionais contextualizadas constitui um indicador de desenvolvimento regional. Nesse sentido, a migração de cidadãos argentinos desafia o poder público local a reconhecer os fluxos transfronteiriços como parte estrutural da realidade regional, e não como exceção.

O caso da migração de cidadãos argentinos para o Noroeste do RS exige uma leitura que vá além da análise conjuntural de crise. Trata-se de um fenômeno estrutural ligado à configuração histórica das fronteiras e das desigualdades regionais. As fronteiras operam aqui como espaços de ambiguidade: tanto zonas de oportunidades e trocas, quanto territórios de invisibilidade institucional e exploração econômica. Reconhecer essa complexidade é fundamental para construir políticas públicas regionais inclusivas e estratégias teóricas coerentes com as realidades vividas nos territórios de fronteira.

A atuação do poder público municipal diante desse fenômeno tem sido limitada. Apesar da crescente presença migrante, os municípios não dispõem de políticas públicas estruturadas para acolhimento, documentação ou integração socioproductiva. Iniciativas pontuais, como mutirões de regularização, cursos de português ou campanhas de vacinação, são realizadas sobretudo por organizações da sociedade civil, igrejas ou redes voluntárias.

Em alguns casos, como em Santa Rosa e Santo Cristo, emergiram grupos intersetoriais informais com atuação restrita e limitada por falta de recursos e institucionalização.

O Estado brasileiro, em sua instância local, ainda carece de respostas institucionalizadas e sensíveis à complexidade dessa mobilidade. A fronteira opera, nesse contexto, como espaço paradoxal: é porosa para o trabalho precarizado, mas impermeável ao reconhecimento de direitos. Conforme sugerem Mattedi (2014) e Furtado (2005), o desenvolvimento regional só pode ser efetivamente promovido se for capaz de reconhecer, valorizar e integrar essas mobilidades como parte constitutiva do território, e não como externalidades à margem do planejamento.

#### **4 O FENÔMENO MIGRATÓRIO À LUZ DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

As teorias clássicas do desenvolvimento regional, como a Teoria dos Polos de Crescimento (Perroux), a Teoria da Localização Industrial (Weber), a Teoria dos Fatores de Aglomeração (Marshall), a Teoria da Base de Exportação (North), a Nova Geografia Econômica (Krugman), entre outras, fornecem explicações importantes sobre como se estruturam os processos econômicos e territoriais. Contudo, ao serem aplicadas à realidade da migração Argentina–Brasil, suas limitações tornam-se evidentes.

A lógica de Perroux sobre polos dinâmicos de crescimento não explica por que migrantes argentinos se instalam em municípios de médio porte com baixa diversificação industrial e alto grau de informalidade. A decisão de migrar para essas regiões está muito mais vinculada a redes de apoio comunitário e à disponibilidade de trabalho temporário no setor agrícola do que a efeitos de irradiação de polos industriais, como pressupõe a teoria.

Da mesma forma, a abordagem de Weber sobre a localização racional da indústria a partir da minimização de custos não contempla o fator humano e social da migração, como a busca por melhores condições de vida mesmo diante de salários baixos e insegurança jurídica. Esses aspectos mostram que os deslocamentos atuais desafiam a racionalidade econômica pura das teorias localizacionistas.

A Teoria dos fatores de aglomeração, desenvolvida por Alfred Marshall, compreende que o desenvolvimento diferenciado pode ser explicado a partir da criação, em determinadas regiões, de uma “bacia de mão de obra qualificada”, “densidade de redes entre produtores e fornecedores especializados” e “externalidades tecnológicas” produzidas a partir da aglomeração. São aspectos importantes para explicar as possibilidades de atração de



migrantes argentinos para o Noroeste do RS que, de certa forma, apresenta os fatores destacados por Marshall, mas insuficientes se olharmos para o perfil de migrantes argentinos que são atraídos e os espaços de trabalho em que são incorporados.

A Teoria da Base de Exportação (North) sugere que o crescimento regional se dá por meio de atividades voltadas ao mercado externo. No entanto, a migração argentina atual ocorre em regiões cuja base exportadora (como agroindústrias) não absorve completamente a mão de obra local nem oferece mecanismos estruturados de integração socioprodutiva dos migrantes. Há, portanto, uma desconexão entre a estrutura econômica regional e a vivência migrante.

As contribuições críticas e pós-estruturalistas, como a Teoria da Dependência (Marini) e a análise do Sistema-Mundo (Wallerstein), demonstram maior capacidade para explicar a inserção subordinada dos migrantes argentinos, marcada pela informalidade, vulnerabilidade social e exploração. A realidade dos migrantes argentinos no Brasil, majoritariamente em atividades sazonais e precárias, espelha a lógica de acumulação desigual e reprodução da dependência descrita por esses autores.

Outros autores contemporâneos, como Castles, De Haas, Etges e Haesbaert, contribuem para essa análise ao tratar das migrações como fenômenos multidimensionais e multiterritoriais. A fronteira, nesse contexto, não é apenas barreira, mas ponte que articula redes, estratégias de sobrevivência e desafios institucionais.

Essas análises demonstram que as teorias tradicionais devem ser complementadas por abordagens críticas, que considerem as experiências dos sujeitos migrantes e as especificidades territoriais dos contextos de fronteira. Essa articulação entre teoria e empiria é essencial para compreender e enfrentar os desafios impostos pela migração Argentina–Brasil.

O aprofundamento da análise crítica exige incorporar perspectivas teóricas que superem os limites das abordagens clássicas de desenvolvimento regional. Nesse sentido, teorias pós-estruturalistas, pós-desenvolvimentistas, decoloniais e críticas da dependência vêm sendo mobilizadas para compreender os fluxos migratórios como parte de um sistema global de desigualdades e de reprodução da marginalização territorial.

A teoria da dependência, formulada por Ruy Mauro Marini (1973), oferece um arcabouço explicativo potente para compreender a inserção subordinada dos migrantes argentinos no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com Marini, a superexploração da força de trabalho nas periferias é funcional ao capitalismo global e necessária para garantir a acumulação de capital nos centros. A presença de migrantes em condições precárias, sem

proteção legal e com salários abaixo do mínimo legal, reforça esse padrão de subdesenvolvimento, reproduzindo desigualdades regionais e a exclusão social.

Complementarmente, a abordagem do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein (1974) permite compreender que os fluxos migratórios não são meros acidentes locais, mas partes integrantes da lógica de redistribuição desigual da força de trabalho no capitalismo global. No caso da migração Argentina–Brasil, a dinâmica sul-sul evidencia a hierarquia entre regiões periféricas e semiperiféricas, nas quais a mobilidade opera de forma funcional à reprodução de assimetrias econômicas. As fronteiras, nesse contexto, atuam como dispositivos seletivos na medida em que permitem o ingresso da força de trabalho, mas negam cidadania plena, estabilidade e direitos.

Autores de orientação decolonial, como Quijano (2005) e Brandt et al. (2024), argumentam que a colonialidade do poder e do saber persiste nas relações sociais, nas políticas públicas e nas práticas institucionais. Os migrantes, mesmo latino-americanos e hispano-falantes, são frequentemente tratados como estrangeiros culturalmente inferiores, invisibilizados pelo aparato estatal e estigmatizados pelas narrativas locais. A migração, nesse contexto, expressa mais do que desigualdade econômica: evidencia uma estrutura de marginalização histórica e epistêmica.

A ideia de multiterritorialidade, proposta por Rogério Haesbaert (2004), contribui para compreender os vínculos afetivos, sociais e econômicos que os migrantes mantêm com múltiplos territórios simultaneamente. A experiência migrante desafia a lógica territorial fixa do Estado-nação, revelando identidades híbridas e práticas transfronteiriças que exigem políticas públicas adaptadas a essa complexidade. Essa perspectiva se mostra particularmente útil para compreender os movimentos pendulares, a residência alternada e os circuitos de reciprocidade presentes na fronteira Brasil–Argentina.

No Quadro 1 apresenta-se um panorama que sintetiza possíveis contribuições e limites das abordagens analisadas:

**Quadro 1. Contribuições e limites das teorias do desenvolvimento regional na análise do fenômeno migratório Argentina–Brasil recente**

Autor/Teoria	Contribuições	Limitações
François Perroux – Polos de crescimento	Destaca o papel dos setores dinâmicos como irradiadores do desenvolvimento.	Tem dificuldades em explicar assentamentos migrantes em áreas sem polos dinâmicos.
Alfred Weber – Localização industrial	Foca na otimização de localização industrial para reduzir custos.	Desconsidera fatores humanos, sociais e políticos que motivam deslocamentos.

Alfred Marshall – Fatores de Aglomeração	Destaca a influência do fatores de aglomeração na dinâmica de desenvolvimento das regiões.	Como se dá a inserção social de pessoas atraídas para estas regiões mais dinâmicas, que postos de trabalho ocupam e como participam da sociedade.
Douglass North – Base de exportação	Explica o crescimento a partir da capacidade exportadora de uma região.	Nem sempre contempla a inserção precária de migrantes nos setores exportadores.
Gunnar Myrdal – Causalidade cumulativa	Aponta que o crescimento pode reforçar desigualdades, propondo políticas compensatórias.	Reconhece desigualdades, mas não trata diretamente das migrações como variável analítica.
Albert Hirschman – Efeitos de encadeamento	Realça o papel das interligações setoriais locais no desenvolvimento.	Ignora redes sociais que sustentam os fluxos migratórios informais.
Ruy Mauro Marini – Teoria da Dependência	Evidencia a superexploração da força de trabalho nas periferias.	Pode não captar experiências híbridas e dinâmicas simbólicas dos migrantes.
Immanuel Wallerstein – Sistema-Mundo	Mostra a redistribuição desigual da força de trabalho em escala global.	Foco estrutural global pode dificultar a articulação com contextos locais específicos.
Rogério Haesbaert – Multiterritorialidade	Reconhece os vínculos múltiplos e simultâneos dos sujeitos com diferentes territórios.	Demanda revisão constante das categorias para acompanhar práticas territoriais reais.
Celso Furtado – Estruturalismo histórico	Concebe o desenvolvimento como processo multidimensional e histórico-cultural.	Abordagem ampla exige articulação com dados empíricos para aplicação pontual.
Marcos Mattedi – Pensar com o desenvolvimento regional	Propõe abordagem relacional e situada ao desenvolvimento regional.	Exige reformulações metodológicas no planejamento territorial e institucional.
Virginia Etges – Escala e pluralidade territorial	Destaca as escalas múltiplas e as dinâmicas fronteiriças como elementos centrais.	Necessita maior difusão em políticas locais para efetiva aplicação.
Ivo Theis – Dimensão regional e políticas públicas	Integra políticas públicas e a diversidade regional ao campo do desenvolvimento.	Desafio de articulação entre teoria e implementação em contextos municipais.
Amartya Sen – Desenvolvimento como liberdade	Define desenvolvimento como a ampliação das liberdades substantivas; valoriza a autonomia, a justiça social e a participação cidadã.	Exige articulação com políticas públicas concretas e dados contextuais para aplicação territorial; menos foco em dinâmicas estruturais globais.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante das abordagens analisadas, tendo presente as limitações de um ensaio, torna-se evidente que para compreender os fluxos migratórios transfronteiriços contemporâneos se

faz necessário avançar para além das teorias clássicas, centradas na infraestrutura econômica ou na lógica da aglomeração industrial. As migrações devem ser interpretadas como processos complexos, estruturais, multidimensionais e dinâmicos, nos quais interagem fatores macroeconômicos, políticas migratórias nacionais, estruturas institucionais locais e as estratégias individuais dos sujeitos em movimento (CASTLES; DE HAAS; MILLER, 2020; ROTTA, D., 2023). Aplicar essa leitura ao contexto da migração Argentina–Brasil evidencia a insuficiência das abordagens clássicas em capturar a realidade de sujeitos multiterritoriais, atravessados por redes de sociabilidade e trajetórias de exclusão e reinvenção.

Essa crítica é particularmente relevante quando se observa que as teorias clássicas, embora importantes para o entendimento da organização produtiva e da lógica de localização e aglomeração, não foram concebidas para explicar mobilidades humanas transfronteiriças mediadas por vínculos familiares, redes sociais e estratégias informais de sobrevivência. Como demonstrado no Quadro 1, essas abordagens são limitadas quanto aos aspectos socioculturais, simbólicos e institucionais que moldam os deslocamentos migratórios no contexto das fronteiras latino-americanas.

A teoria da dependência, proposta por Ruy Mauro Marini (1973), amplia essa crítica ao demonstrar que a superexploração da força de trabalho migrante é funcional ao modelo de acumulação vigente nas periferias do capitalismo. No caso dos migrantes argentinos, a sua inserção em setores informais, com vínculos precários e sem garantias legais, reproduz não apenas o subdesenvolvimento regional, mas também a exclusão social e política desses sujeitos. A crítica à inserção subordinada das regiões periféricas no sistema econômico global, iniciada por Prebisch (1949) e aprofundada por Marini (1973), segue atual quando observamos como os fluxos migratórios sul-sul reproduzem padrões de dependência e assimetria funcional entre os países da América Latina. De forma complementar, a abordagem do Sistema-Mundo de Wallerstein (1974) permite entender a migração sul-sul como parte de um movimento global de redistribuição desigual da força de trabalho, no qual as fronteiras nacionais funcionam como filtros seletivos, permitindo o ingresso da mão de obra, mas não sua plena integração social.

Para além das dimensões econômicas e estruturais, autores como Quijano (2005) e Brandt et al. (2024) revelam a permanência da colonialidade do poder nas práticas institucionais e nas narrativas públicas sobre os migrantes. Mesmo sendo hispano-americanos, os migrantes argentinos são frequentemente alvos de estigmas, considerados culturalmente inferiores ou “estrangeiros indesejáveis” no próprio continente latino-americano. Isso revela não apenas uma marginalização econômica, mas também epistêmica e simbólica,

que precisa ser enfrentada por meio de políticas públicas atentas à diversidade e aos direitos humanos.

Oliveira (2021) revisita as principais formulações teóricas do desenvolvimento regional, demonstrando que parte significativa das políticas públicas ainda se ancora em concepções lineares e economicistas, que negligenciam fatores como mobilidade humana e diversidade territorial.

Nesse cenário, as contribuições de autores brasileiros contemporâneos ganham centralidade. Celso Furtado nos convida a pensar o desenvolvimento como processo histórico, cultural e político, no qual o território não é apenas base econômica, mas espaço de disputas, pertencimentos e possibilidades de emancipação. Ao inserir o tema das disparidades regionais no centro do debate, Furtado já antecipava a necessidade de políticas de desenvolvimento sensíveis às especificidades locais e às trajetórias populares. Marcos Mattedi (2014) reforça essa perspectiva ao propor que se pense com o desenvolvimento regional, entendendo-o como prática reflexiva e situada, que deve nascer da realidade concreta dos territórios e da escuta ativa dos sujeitos que os habitam (SOUSA; THEIS; BARBOSA, 2020).

Amartya Sen (2000), por sua vez, desloca o eixo do desenvolvimento para o campo das liberdades substantivas. Para o autor, o desenvolvimento não pode ser medido apenas por indicadores econômicos, mas deve ser entendido como a ampliação das capacidades das pessoas para que possam viver de acordo com seus próprios valores. Isso inclui não apenas o acesso a recursos materiais, mas também a participação política, a proteção contra discriminação e a liberdade de escolha. No contexto da migração argentina no Noroeste do Rio Grande do Sul, isso significa reconhecer os migrantes como sujeitos de direitos e atores legítimos do desenvolvimento regional, capazes de contribuir com práticas, conhecimentos e formas de vida que enriqueçam o território.

A multiterritorialidade proposta por Rogério Haesbaert (2004) também é indispensável para essa compreensão ampliada. Os migrantes vivem entre territórios, constroem identidades híbridas, circulam entre fronteiras, remetem recursos, mantêm vínculos afetivos com seus locais de origem e, ao mesmo tempo, se integram — ainda que parcialmente — aos espaços de acolhimento. Políticas públicas que ignoram essa fluidez territorial estão fadadas ao fracasso, pois operam sob uma lógica estatal rígida e unidimensional, incompatível com a realidade transfronteiriça.

Diante disso, compreender e responder à migração argentina na fronteira gaúcha exige uma abordagem interseccional e interdisciplinar. Isso implica articular dimensões econômicas, institucionais, históricas, simbólicas e culturais, reconhecendo as migrações não

como “problemas a serem resolvidos”, mas como fenômenos estruturantes das dinâmicas regionais. Essa perspectiva amplia o escopo analítico do campo do desenvolvimento regional, reposicionando-o como espaço de disputa por justiça social, pluralidade e reconhecimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar a capacidade explicativa das teorias do desenvolvimento regional diante do crescimento recente da migração de cidadãos argentinos para o Noroeste do Rio Grande do Sul. A partir da articulação entre dados empíricos, estudos regionais e referenciais teóricos clássicos e contemporâneos, evidenciou-se que as abordagens tradicionais — centradas na infraestrutura econômica, na localização produtiva e nos fatores de aglomeração — não são suficientes para compreender a complexidade dos processos migratórios transfronteiriços contemporâneos.

Como afirmam Castles, De Haas e Miller (2020), as migrações devem ser entendidas como processos estruturais, multidimensionais e dinâmicos, nos quais interagem fatores macroeconômicos, políticas públicas, normas sociais e estratégias individuais. A análise do caso argentino-brasileiro corrobora essa visão, demonstrando que a mobilidade não decorre apenas de fatores econômicos, mas de uma rede densa de relações históricas, familiares, territoriais e culturais que atravessam a fronteira.

A literatura crítica analisada — especialmente as contribuições de Marini, Wallerstein, Quijano e Haesbaert — amplia essa compreensão ao evidenciar que os migrantes são frequentemente inseridos em relações de subalternidade, exclusão simbólica e exploração econômica, mesmo em deslocamentos intrarregionais. Ao mesmo tempo, autores como Celso Furtado, Marcos Mattedi, Etges e Theis defendem a centralidade do território e da diversidade regional como fundamentos de um novo paradigma de desenvolvimento, mais sensível às particularidades das regiões de fronteira e às trajetórias dos sujeitos que as habitam (SOUSA; THEIS; BARBOSA, 2020).

Os dados empíricos revelam um padrão migratório caracterizado por informalidade, redes comunitárias de acolhimento, moradias precárias e escassa proteção institucional. Essa realidade impõe ao campo do desenvolvimento regional o desafio de incorporar a mobilidade como dimensão constitutiva do território, rompendo com leituras estatais, fixas e unidimensionais.

A fronteira, nesse contexto, não é apenas uma linha geopolítica, mas um espaço social complexo, atravessado por dinâmicas de seletividade, vulnerabilidade e também de resistência e reinvenção. Como apontam Vasconcelos e Antonello (2019) e Tonini et al.

(2024), o migrante é muitas vezes tratado como mão de obra descartável, desvinculado de direitos e reconhecimentos. Isso reforça a necessidade de políticas públicas regionais que considerem o migrante como sujeito de direitos e ator do desenvolvimento.

Inspirando-se na concepção de desenvolvimento como liberdade proposta por Amartya Sen (2000), defende-se aqui que o desenvolvimento regional só será efetivo se ampliar as capacidades das pessoas para escolherem seus modos de vida, com dignidade, participação social e justiça distributiva. Isso implica superar a fragmentação entre os campos do desenvolvimento e da migração e adotar uma abordagem interseccional que implica a articulação de fatores macro, como estrutura econômica, inserção internacional e desigualdades históricas; fatores meso, como políticas públicas, redes institucionais e infraestrutura regional; e fatores micro, como agência individual, trajetórias familiares e estratégias cotidianas de mobilidade.

Conclui-se que, para responder aos desafios da migração Argentina–Brasil na fronteira gaúcha, é urgente reposicionar o campo do desenvolvimento regional como espaço analítico e político sensível à mobilidade, à diversidade e à justiça social. Tal perspectiva não apenas qualifica a análise acadêmica, mas fundamenta a construção de políticas públicas mais eficazes, humanas e conectadas às dinâmicas reais dos territórios.

## REFERÊNCIAS

ALVEZ, Sandra Marilce Diavon. Análise de teorias do desenvolvimento regional, com vistas à compreensão do desenvolvimento dos municípios do Noroeste Catarinense. *In*: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SLAEDR, 3, 2023, Ijuí. **Anais [...]**, Ijuí: Editora Unijui, 2023, p. 1-20. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/22980>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRANDT, Grazielle Betina; SCHWINN, Simone Andrea; MENDELSKI, Bruno; GIRALT, Maikel Pons. Fundamentos decoloniais nas pesquisas sobre migrações e o desenvolvimento regional. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 29, 2024. DOI: 10.17058/redes.v29i1.19921. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/19921>. Acesso em: 16 maio 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.

CANOFRE, Fernanda. **Argentinos**: a imigração de precarizados no Brasil. Repórter Brasil, 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net>. Acesso em: 29 jan. 2025.

CASTLES, Stephen; DE HAAS, Hein; MILLER, Mark J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. 6. ed. London: Macmillan International, 2020.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 1, p. 09-32, 2008. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/12>. Acesso em: 16 maio 2025.

DALLABRIDA, Valdir Roque; ROTTA, Edemar; BÜTTENBENDER, Pedro Luís. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR*, Taubaté, v. 17, n. 2, p. 256-273, mai-ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v17i2.6343>. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6343>. Acesso em 11 maio 2025.

ETGES, Virginia Elisabeta. A região como arranjo territorial particular: um contraponto às “leis gerais”. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 29, 2024. DOI: 10.17058/redes.v29i1.19916.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odim. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 85–94, out. 2013. DOI: <https://doi.org/10.7867/2317-5443.2013V1N1P085-094>. Disponível em: <https://www.furb.br/rbdr>. Acesso em: 19 maio 2025.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HIRSCHMAN, Albert O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

JORNAL SEMANAL DE TRÊS DE MAIO. **Região Noroeste é procurada por migrantes que veem aqui a oportunidade de melhorar de vida**. 2023. Disponível em: <https://www.jsemanal.com.br>. Acesso em: 27 jan. 2025.

KRUGMAN, Paul. **Geografia e comércio**. Lisboa: Gradiva, 1995.

LIMA, Ana Carolina Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias Clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XII, n. 21, p. 5-19, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

MARSHALL, Alfred. **Principles of economics**. London: Macmillan, 1920.

MATTEDI, Marcos Antônio. Pensando com o desenvolvimento regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 2, p. 59–105, 2014. DOI: 10.7867/2317-5443.2014V2N2P059-105. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4807>. Acesso em: 16 maio 2025.



MYRDAL, Gunnar. **Economic theory and under-developed regions**. London: Duckworth, 1957.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OBMIGRA – OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **Relatório de dados do Sistema de Migração (S/SMIGRA)**. Ministério da Justiça, Brasília, 2024. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2025.

OLIVEIRA, Nilton Marques. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 25, n. 1, p. 203-219, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561>. Acesso em: 16 maio 2025.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista da CEPAL**, n. 1, 1949. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/entities/publication/0dd0ffa8-8f21-4d56-9cf4-48d0050247c9>. Acesso em: 16 maio 2025.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ROTTA, Diego G. **Pensando a gestão do processo migratório internacional a partir da lei de migração (Lei n. 13.445/2017): a legitimação democrática das políticas migratórias e a cidadania concertada enquanto caminhos para uma governança migratória rizomática**. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Mestrado e Doutorado, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus Santo Ângelo/ RS. Santo Ângelo, 2023.

ROTTA, Edemar; PREUSS, Lislei T. Desenvolvimento regional e políticas sociais: o acesso à saúde na Fronteira entre o Brasil e a Argentina. **SIMPOSIO IBEROAMERICANO EN COMERCIO INTERNACIONAL, DESARROLLO E INTEGRACIÓN REGIONAL**, 1, 2008, Posadas (AR). **Anais [...]**, Posadas: Gaston Dachary, 2008, p. 1-10

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000).

SIMÕES, Rodrigo; LIMA, Leonardo. **Teorias do desenvolvimento regional e política econômica no Brasil (1950-1980)**. ECN873A – Teoria do Desenvolvimento Regional e Urbano, Cedeplar/UFMG, 2021.

SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (orgs.). **Celso Furtado: a esperança militante**. Campina Grande: EDUEPB, 2020. v. 3. 462 p. (Coleção Desafios: Projeto Editorial 100 anos de Celso Furtado). DOI: <https://doi.org/10.7476/9786586221688>.

TONINI, Hernanda; BELLÉ, Soeni; FLORES, Shana Sabbado. A dimensão social da sustentabilidade na vitivinicultura: estudo de caso dos trabalhadores temporários na Serra do Sudeste/RS. **Redes (St. Cruz do Sul. Online)**, v. 29, 2024. ISSN 1982-6745. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v29i1.18665>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/18665>. Acesso em: 19 maio 2025.

VASCONCELOS, Lucas Henrique Campos; ANTONELLO, Ideni Terezinha. Perspectivas teóricas sobre desenvolvimento regional. **Sociedade e Território**, Natal, v. 31, n. 2, p. 263-281, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/17957>. Acesso em: 16 maio 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system**. New York: Academic Press, 1974.

WEBER, Alfred. **Theory of the location of industries**. Chicago: University of Chicago Press, 1929.